Mercado de carbono na ponta do lápis

O Brasil prepara projetos de MDL, principalmente nos setores de açúcar, álcool e aterros sanitários

Após o embaixador da Rússia nas Nações Unidas, Andrey Denisov, entregar ao secretário-geral, Kofi Annan, o documento de ratificação do Protocolo de Kyoto, ficou definida para 16 de fevereiro a entrada em vigor do tratado internacional pela redução de gases poluentes da atmosfera.

O documento foi entregue em Nairobi, onde o Conselho de Segurança da ONU faz uma reunião especial para tratar da situação da Somália e do Sudão. Houve uma pequena cerimônia para marcar a adesão russa, passo fundamental para que o Protocolo de Kyoto comece a vigorar.

Até agora, o mercado mundial de carbono opera de forma experimental, com sete fundos bancados por governos e iniciativa privada, e administrados pelo Banco Mundial. Somados, os fundos têm US$700 milhões para investir em projetos de geração de créditos de carbono, principalmente, dentro do MDL. Estima-se que já tenham sido negociados 300 milhões de toneladas de carbono desde 1996. A cada ano, o número dobra: foram 75 milhões em 2003, e a projeção para 2004 é de 150 milhões.

A comercialização de créditos de carbono é incipiente, e o preço é formado em função do valor a se pagar. O mercado se ajusta à novidade, até que um marco regulatório claro seja definido. Um maior envolvimento do governo brasileiro traz facilidades econômicas, como financiamentos específicos para projetos que utilizem o MDL.

Oportunidades

Com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, o mercado de carbono deverá 'decolar'. O Brasil pode abocanhar, no máximo, 10% do mercado de créditos de carbono gerado pelo MDL (Mecanismo do Desenvolvimento Lim-



O que manda o Protocolo

- Determina a redução das emissões de dióxido de carbono e outros gases causadores do aquecimento global, alcançando, até 2012, uma taxa média 5,2% menor do que a registrada em 1990;
- Para entrar em vigor, o tratado precisou ser ratificado por um grupo de países desenvolvidos, responsáveis por pelo menos 55% das emissões globais de poluentes no ano de 1990;
- Os EUA, que são os maiores emissores, respondendo por 36,1% do total mundial, não aderiram ao protocolo, enquanto a China, o 2º maior, na casa dos 18%, não figura entre os países que precisam reduzir as emissões;
- O protocolo entrará em vigor no mundo 90 dias depois da ratificação da Rússia, o 3º maior poluidor, com cerca de 17%, em 16 de fevereiro de 2005;
- Os países podem trocar a redução das emissões de gases por investimentos em florestas e campos capazes de absorver o dióxido de carbono na mesma proporção das emissões que não forem reduzidas;
- Os países podem também financiar projetos de geração de energia renovável, ganhando o direito de poluir na mesma medida da poluição que será evitada com a energia alternativa;
- Os signatários do Protocolo de Kyoto estarão sujeitos a punições, se não cumprirem suas metas de corte de emissão de poluentes.

po), dispositivo de Kyoto que permite aos países industrializados abaterem de suas metas de corte de emissões de gases-estufa as reduções compradas em países subdesenvolvidos.

Assumindo que o preço da tonelada de carbono chegue a US$10 – hoje, ela é negociada a US$4, isso significa US$400 milhões, durante a vigência do protocolo, que vai até 2012. A falta de adesão dos EUA, a presença chinesa no comércio de direitos de emissão e a composição da sua matriz energética são fatores que limitam a participação brasileira

A América Latina negocia cerca de US$210,5 milhões, com 46 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do tratado, que poderiam reduzir cerca de 55 milhões de toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO2), o principal gás causador do efeito estufa, derivado da queima de combustíveis fósseis. O Brasil é o maior exportador potencial de créditos de carbono, seguido de Colômbia, Panamá, Costa Rica e Peru, segundo um estudo da Comissão Econômica para a América Latina.

A larga utilização de fontes renováveis para a geração de energia, em cerca de 40%, contra taxas médias de 14% nos países desenvolvidos e de 6% nos países em desenvolvimento, constitui uma das vantagens competitivas do Brasil em relação aos outros países.

Conheça o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo)

O MDL é um dos três mecanismos flexíveis do Protocolo de Kyoto (1997), criados para ajudar os países industrializados a cumprirem a meta, até 2012, de reduzir suas emissões em 5,2% com relação aos níveis de 1990. O mecanismo, que começou a ser instrumentalizado ainda sem o tratado estar em vigor, permite às empresas do Norte investirem em projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento.

Por meio de créditos de carbono, as companhias podem contabilizar como suas essas reduções em seus países de origem ou comercializá-las nos mercados de emissões. Governos e corporações do Norte usam o MDL para projetos que geram grandes volumes de créditos de carbono baratos, por meio de gases como metano e os hidrofluorocarbonos (em especial, o HFC-23), para cumprir as metas de Kyoto. Os governos do Japão e da Holanda, e também o Banco Mundial, são os principais compradores.

Mundo: mercado de carbono (US$ milhões)

2002: US$ 125
2003: US$ 310
2004: *US$ 700
2010: *US$ 3.000

Fonte: Banco Mundial
(*) estimativa

Os críticos questionam se a estratégia latino-americana fomentará as energias mais limpas e renováveis na região ou ficará limitada à venda de créditos baratos de carbono para o melhor licitador do Norte industrializado. Os projetos de energia renovável representam apenas 10% de todos os negociados no contexto do MDL.

Os MDLs fazem parte de um processo novo de mudar o lugar onde se registram as reduções de gases, sem maiores benefícios ambientais ou sociais para os países hóspedes. Para promover mudanças no uso e na produção energética, um MDL exclusivo para energias renováveis é uma alternativa para acelerar a fase de transição, na qual convivem energias fósseis mais limpas.

O ano mais quente da Terra

A reunião realizada em dezembro último, na capital da Argentina, Buenos Aires, apresentou trabalhos de grande impacto. O relatório apresentado pela Organização Meteorológica Mundial mostrou que 2004 foi o ano mais quente da Terra, desde o inicio da medição, em 1961. Se a temperatura subiu mais de 0,6 grau Celsius no século XX, o aumento, neste século, poderá chegar a 2 graus. As conseqüências aparecem, com a seca na África Oriental, furacões no Caribe, enchentes no nordeste brasileiro e a maior estiagem em 54 anos, na China.

Na conferência, o Brasil mostrou o seu inventário de emissão de gases poluentes entre 1990 e 1994, responsável por 35% das emissões mundiais, depois de: Estados Unidos, China, Rússia e Índia. A situação do País é boa, pois metade da sua matriz energética vem de fontes renováveis. Existe um questionamento quanto ao progresso do desmatamento na Floresta Amazônica. De 1992 a 2002, a região perdeu 230 mil quilômetros quadrados de vegetação.

As pressões sobre o presidente George Bush para aderir ao Protocolo de Kyoto se intensificam, e as ações contra poluidores aumentam nos EUA. Oito Estados americanos estão processando cinco empresas que geram um quarto da energia do país, por lançarem, por ano, 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono. ■

Bolsa de créditos de carbono

O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) lançaram o Mercado Brasileiro de Emissões (MBRE), o primeiro a ser implantado em um país em desenvolvimento, para negociar créditos de carbono (direito de emitir gases poluentes), que possam ser gerados por projetos de redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. O objetivo é criar um processo transparente de formação de preços, que estimule o desenvolvimento de projetos que gerem reduções e criem competitividade no mercado.

Os primeiros certificados de projetos ligados a créditos de carbono já começam a ser emitidos pelo Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), mas as operações do mercado primário de negociação de ativos de créditos de carbono no Brasil se iniciarão no final do primeiro semestre.

No segundo semestre de 2005, o enfoque estará em formar um mercado secundário de derivativos (mercado de futuro), voltado para a comercialização a termo dos certificados de créditos de carbono. Todas as negociações do MBRE estarão concentradas na Bolsa do Rio, que está sendo reativada pela BM&F.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social deverá disponibilizar uma linha de crédito para financiar a instalação de projetos que sejam adequados às exigências do Protocolo de Kyoto – que estabelece as metas de redução da emissão de gases poluentes. O valor da negociação de certificados no mercado internacional – cerca de US$5 por tonelada reduzida – deverá aumentar, com o crescimento do negócio.